

ENTREVISTA COM CÉLIO TURINO

1 – Hoje, passados 10 anos da implementação do Cultura Viva, como você define a ação nos diversos tempos: no ontem, no agora e no futuro?

ONTEM, os Pontos de Cultura já existiam, em trabalhos culturais de colaboração comunitária, desenvolvendo suas atividades nas suas comunidades; porém, estavam invisibilizados, havendo, no máximo, alguns trabalhos culturais, mais ou menos articulados ou reconhecidos, isto no campo de ONGs, no campo das culturas tradicionais e populares, o reconhecimento do Estado ainda os restringia ao folclore (“cultura em conserva”, nas palavras de Roger Bastide), ou como cultura de periferia, de rua, como se fora algo menor. Com o Ponto de Cultura, acontece uma mudança de patamar na forma de relacionamento entre Estado e Sociedade, abrindo caminho para uma mediação um pouco mais equilibrada, além do fato de o Cultura Viva haver “desescondido” o Brasil, provocando uma quebra de hierarquias culturais e novas legitimações. Com isto, estas entidades passaram a se empoderar mais, ganhando condições para potencializar seus trabalhos, com autonomia e protagonismo. Outro aspecto muito forte foi o sentido de REDE, de tecitura de uma TEIA comum entre os Pontos, de modo que cada qual cresce no contato com os outros, por mais diferentes que sejam entre si.

AGORA, desde 2011 houve um profundo retrocesso e burocratização do programa CULTURA VIVA. Não que não houvesse problemas burocráticos antes, havia, e muitos; porém também havia disposição para encontrar novas soluções, na forma de relacionamento entre Estado e Sociedade, buscando uma gestão compartilhada e de caráter transformador. Ocorre que, nos últimos anos, esta busca pela experimentação e mediação sincera com a sociedade foi abandonada, havendo uma mentalidade burocrática, em que a Vida precisava se adequar às normas (feitas, via de regra, por quem não tinha a menor noção da aplicação prática destas regras no ambiente comunitário) e não as normas à Vida. Como consequência, houve assédio, perseguição e criminalização dos Pontos de Cultura (a imensa maioria por pequenos problemas formais) e o repasse de recursos ficou imensamente atrasado, ou até mesmo interrompido, assim como as Ações foram praticamente abandonadas e apenas uma TEIA foi realizada e de forma piramidal, restringindo a participação dos Pontos de Cultura. O programa só não foi totalmente desmontado porque boa parte dos Pontos de Cultura havia se empoderado de maneira consistente, apropriando-se dos conceitos e teoria do programa, de modo que se mantiveram como Pontos de Cultura, independente do repasse de recursos (dos mais de 3.000 Pontos, em 2009, creio que apenas algumas centenas tenham recebido algum recursos público nos últimos 12 meses).

FUTURO, com a lei CULTURA VIVA, aprovada em 2014, há mais garantias legais para a perenização do programa. Houve também um paradoxo em relação ao Brasil pós-2011, pois, enquanto, no país, o governo federal perseguia e criticava insistentemente o programa Cultura Viva, na América Latina (e agora também na Europa), o programa era abraçado, inicialmente por movimentos de cultura comunitária e depois por governos (Medellín já conta com a lei Cultura Viva desde 2011, assim como Lima), de tal modo

que a ideia, conceitos e teoria da Cultura Viva estão presentes em 17 países, sendo que Argentina, Costa Rica, Colômbia, El Salvador e Peru, com consistentes políticas públicas baseadas no Cultura Viva. Acredito que, daqui para a frente, esta força latino-americana trará grande influência positiva na retomada e fortalecimento do CULTURA VIVA no Brasil e agora com um componente de integração/interação continental muito mais forte. E, para um futuro um pouco mais além, quem sabe o programa se realize plenamente em seus objetivos: a geração de um forte movimento de renovação estética e ética, unindo Arte e Transformação Social.

2 – Gostaríamos que você tecesse algumas considerações sobre a relação que havia entre Estado e grupos culturais, no momento de criação do Cultura Viva, ao longo do programa e hoje nessa uma década? Na sua opinião, ao longo destes 10 anos, avançamos no caminho de redefinição dos instrumentos da relação entre Estado e grupos sociais?

Como disse na resposta ao ONTEM, a relação era muito mais de dependência (seja de patrocínios privados ou pequenos e esporádicos aportes governamentais), que propriamente de equilíbrio e respeito em relação ao fazer cultural autônomo das comunidades. Com o CULTURA VIVA, fomos construindo uma teoria na relação entre Estado e Sociedade: a GESTÃO COMPARTILHADA E TRANSFORMADORA, baseada no tripé Autonomia/Protagonismo/Empoderamento. Também avançamos nas formas de distribuição de recursos públicos para processos autônomos da Sociedade; basta lembrar que o Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, aprovado em 2014, somente agora recomenda processos de seleção pública de entidades da sociedade civil por editais ou chamadas públicas; com o CULTURA VIVA fizemos isto desde o início, em 2004, e esta foi a primeira grande experiência do país com chamadas públicas em larga escala (chegamos a mais de 3.000 entidades selecionadas por este método e em convênios diretos com o Estado). A partir de 2007, também foi com o CULTURA VIVA que se deu o primeiro grande passo rumo à efetivação do Sistema Nacional de Cultura, com a transferência dos Editais para Pontos de Cultura, via Estados e municípios de maior porte, transferindo recursos federais e incorporando novos recursos dos entes federados (em média na relação 2/3 da União e 1/3 do ente federado) e tudo a partir de uma política comum. Mas há que avançar mais, sendo necessário aposentar o mecanismo de conveniamento com as entidades para formas mais simples e ágeis, em que o acompanhamento se dê por resultados culturais e não por procedimentos burocráticos, até porque o valor transferido é de pouca monta (ainda R\$ 60 mil/ano, ou apenas R\$ 5 mil por mês, para um resultado que contempla, em média, 300 pessoas em atividades permanentes e 3.000 em atividades esporádicas, além de envolver o trabalho de 11 pessoas – metade remuneradas, metade voluntárias –; valor este que já está na hora de ser reajustado, visto que está congelado desde 2004).

3 – O Programa Cultura Viva tem sido objeto de diversos estudos acadêmicos. A que você atribui o grande interesse em pesquisar e refletir sobre o mesmo? Que papéis

podem cumprir tais pesquisas? Qual o lugar dos pesquisadores na enorme rede de interação criada pelo Cultura Viva?

Sim, eu próprio já tomei conhecimento (e li a maioria) de quase uma centena de teses e dissertações sobre o Cultura Viva, algumas em universidades no exterior. Eu diria que a grande força do programa, tanto do ponto de vista de sua aplicação como política pública, como enquanto forma de perceber a cultura e os processos de desenvolvimento desencadeados a partir dela, são exatamente a sua teoria e conceitos, muito mais que a própria gestão. Validação, questionamento e superação, tanto do ponto de vista dos postulados teóricos, como de gestão, este seria o primeiro papel das pesquisas, mas também para adaptar esta teoria a outros campos das políticas públicas, não somente de cultura. Ao desenvolver estes estudos acadêmicos, os pesquisadores intervêm como intelectuais orgânicos, e vários o são, no sentido gramsciano do termo, interagindo com as comunidades, produzindo conhecimento a partir do método da Pesquisa/Ação. Durante todo este processo, ao menos na fase em que eu estava no governo, como secretário da cidadania cultural (2004/2010), posso citar inúmeros exemplos de como aconteceu esta interação, sendo que algumas ações do programa, como Interações Estéticas (intercâmbio entre artistas profissionais e Pontos de Cultura), Economia Viva (processos de economia solidária) e Cultura e Saúde foram resultados diretos deste diálogo entre acadêmicos, gestores públicos e Pontos de Cultura. Há outro lugar que considero muito importante a estes pesquisadores: construir uma narrativa do Brasil feita de baixo para cima.

4 – Como você compreende o percurso de “internacionalização” da proposta e a criação da rede internacional de “cultura viva comunitária”? De que forma você compreende que isso influencia a gestão “interna do Cultura Viva”?

Tenho me dedicado a esta “internacionalização”, desde que saí do governo. Entre 2011 e 2014 foram dezenas de viagens a uns 20 países, não somente na América Latina e, em alguns casos, com vários regressos. Já realizamos um Congresso Latino-americano da Cultura Viva (La Paz, 2013), com 1.200 pessoas de 17 países e em 2015 haverá o segundo, em El Salvador (outubro); também houve, em maio de 2014, o VI Congresso Ibero-americano de Cultura (organizado pela SEGIB – Secretaria Geral dos Estados Ibero-americanos – AL mais Portugal e Espanha), com tema exclusivo em Cultura Viva e que deliberou pela criação de um fundo IberCultura Viva, para fomento de grupos de cultura, em comunidades, e intercâmbio entre eles; além de diversos congressos e encontros regionais da Cultura Viva, em vários países, o mais recente foi em novembro de 2014, em Unquillo, na província de Córdoba, Argentina, com centenas de Pontos de Cultura de todo o país. Recentemente, escrevi um artigo analisando este processo “A Cultura a unir os povos”. Compreendo que isto só foi possível dada a combinação entre Identidade e Diversidade, que está contida na formulação do Cultura Viva, ou seja, não é um programa estático, como um modelo a ser replicado, mas algo vivo, maleável, que vai sendo adaptado conforme a realidade de cada um; isto aconteceu no Brasil (cada Ponto é diferente do outro e ao mesmo tempo próximo, com sua identidade e

singularidade) e agora começa a acontecer pelo mundo, tanto que movimentos sociais e governos adotam com tranquilidade até mesmo os termos do programa (o que é muito raro nestas situações). Outro aspecto é que o Cultura Viva e o Ponto de Cultura têm um forte componente matemático em sua concepção (gostaria muito de ver uma tese em matemática, sobre o programa), havendo grande presença da teoria dos conjuntos (Pontos como conjuntos conectando-se com outros conjuntos, de tal forma que o Ponto de Cultura seria a microrrede e o Cultura Viva a macrorrede, sendo as ações as mesorredes), o próprio nome Ponto de Cultura é extraído de um conceito matemático: “dê-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo”, de Arquimedes. Em minhas andanças por aí, tenho usado cada vez mais modelos matemáticos para explicar o programa: $CULTURA + NATUREZA = CULTURA VIVA$; $PC = (a + p) r$ (ou Ponto de Cultura = autonomia + protagonismo elevados à potencia das redes, com quanto mais redes ele se relacionar, mais o PC estará empoderado e autônomo). Ou seja, é uma teoria com base em um pensamento histórico/filosófico com forte abstração, e, ao mesmo tempo, simples, o que facilita sua aplicação em realidades distintas, até porque Cultura Viva é viva e se desenvolve no fluxo; como vida é fluxo (Heráclito), tudo se encaixa. É apenas mais um exemplo a confirmar a regra de nosso comportamento de país, com mente colonizada (sobretudo das elites e governantes, até mesmo quando dizem que não são elite), de que pensamentos e criações brasileiras precisam ser primeiro validadas no exterior para depois serem reconhecidas e valorizadas no país.

5 – Quatro palavras que definem o Programa Cultura Viva.

Cultura Viva = Potência + Afeto.

Entrevista concedida a Lia Calabre e Deborah Rebello Lima, por e-mail, em 10/12/2014.